

## A PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES QUE ENSINAM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA SOBRE A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

*Carlos Augusto Rodrigues Lima*

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP)*

[profcacalima@terra.com.br](mailto:profcacalima@terra.com.br)

*Guilherme Lazarini Ferreira*

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP)*

[g.lazarini@ig.com.br](mailto:g.lazarini@ig.com.br)

*Prof. Dra. Ana Lúcia Manrique*

*Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP)*

[manrique@pucsp.br](mailto:manrique@pucsp.br)

### **Resumo:**

Nos últimos anos a educação de alunos com deficiência tem sido objeto de discussão nas esferas das políticas públicas nacionais. Ao mesmo tempo em que essas políticas promovem ações que visam uma melhora no atendimento desses alunos, esse avanço não ocorre na mesma velocidade para os professores que encontram esses mesmos alunos em sala de aula regular. Nesse sentido, o professor se mostra, muitas vezes, despreparado para a realização de um trabalho eficaz que garanta o aprendizado desses alunos. O presente artigo tem como objetivo apresentar resultados de uma pesquisa que buscou compreender a percepção de professores que ensinam Matemática na educação básica sobre a inclusão de alunos com deficiência. Foi utilizado um questionário para a coleta de dados, respondido por 126 professores do território nacional que ensinam Matemática. Os resultados aqui apontados nos permitem constatar a escassez de cursos de formação de professores que trabalham com alunos com deficiência.

**Palavras-chave:** formação de professores; inclusão; alunos com deficiência; matemática.

### **1. Introdução**

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca da formação do professor que ensina matemática que diariamente se depara com a inclusão de alunos com deficiência. Tal temática emerge do interesse em desenvolver uma pesquisa acerca do ensino de

Matemática na área da educação de alunos com deficiência, visando contribuir com a formação de professores que ensinam matemática no contexto da inclusão escolar.

É importante destacar que esse trabalho é um dos produtos do projeto “Desafios para a Educação Inclusiva: pensando a formação de professores sobre os processos de domínio da Matemática nas séries iniciais da Educação Básica”, coordenado pela Profa. Dra. Ana Lúcia Manrique, aprovado no Edital 2010 do Programa Observatório da Educação da Capes/INEP.

Nos últimos anos, muitos trabalhos têm como foco a Formação de Professores e muito se tem falado e escrito acerca do tema Inclusão. Porém quando se trata de agrupar essas duas perspectivas, tendo como foco o ensino de Matemática para alunos com deficiência, percebemos que há uma escassez de trabalhos que contemplam o trabalho do professor com o Ensino de Matemática para alunos com deficiência.

Na atualidade, existem novos desafios que devem ser assumidos, por um lado, pelos professores das escolas denominadas regulares – aos quais cabe responder a uma maior diversidade quanto às necessidades dos estudantes, e por outro, da educação especial - cujo cenário e rol de trabalhos sofrem modificações constantes. Assim, a formação inicial e continuada do professor tornam-se primordiais para que o avanço do desenvolvimento das práticas e culturas escolares mais inclusivas seja possível e se torne uma realidade.

Assim sendo, formar professores competentes para trabalhar em contextos e com alunos cada vez mais complexos e heterogêneos passa a ser um grande paradigma que tem sido enfrentado pelas instituições formadoras de professores.

No decorrer desta pesquisa, o que se observa é que, apesar de haver um reconhecimento do valor da inclusão, os esforços realizados em matéria de renovação e atualização dos programas de formação dos docentes têm sido, até o momento, insuficientes em relação a sua contribuição para a promoção e efetivação de escolas mais inclusivas e eficazes. Ou seja, os programas de formação ainda estão aquém de satisfazer os requerimentos atuais do sistema escolar. Em efetivo, as instituições educacionais superiores têm se comprometido com a manutenção do *status quo* e, em geral, com as mudanças de pequena expressão que têm sido realizadas no sentido de dar uma resposta às pressões externas, não propriamente relacionadas à inovação e ao desenvolvimento no campo da inclusão educacional (ROLDÃO, 2009).

Conforme aponta Rouse (2010), os sentimentos de insegurança e falta de competência vivenciados pelos professores ante a dificuldade de levar adiante o ensino-

aprendizagem em contextos heterogêneos repousam na ausência de suporte e preparação ou, até mesmo, falta de conhecimento desses docentes em como lidar com as diferentes condições sociais, culturais e níveis de aprendizagem, apresentadas pelos estudantes nos dias atuais.

Mediante tais fatos, a inclusão reconhece que a problemática da diversidade, no sentido mais amplo do termo, e as necessidades de educação especial, em particular, são inerentes ao processo educativo e, portanto, não deveria ser considerada como tarefa exclusiva de alguns docentes. Pelo contrário, a inclusão deve ser concebida como função de todo o corpo docente, de modo que deve ser incorporada ao currículo e, por conseguinte, aos planos de estudo de todas as áreas e especialidades da formação de educadores.

Nossa pesquisa pretende apresentar os resultados de uma pesquisa que buscou compreender a percepção de professores que ensinam Matemática na educação básica sobre a inclusão de alunos com deficiência. É importante destacarmos que esses resultados visam dar um apanhado geral do que os professores pensam e sentem quando abordamos essa temática. Se por um lado encontramos professores dispostos a aprender a trabalhar com alunos com deficiência, por outro lado, encontramos professores que se sentem incapazes de realizar um trabalho eficaz com esses alunos.

O que pretendemos é fazer com que os profissionais da educação saiam de um lugar cômodo e percebam que, ao incluirmos os alunos com deficiência nas dependências de nossas escolas, devemos fazer e oferecer um trabalho aos professores para que eles se sintam incluídos nesse processo de via dupla. Não há como cobrarmos dos nossos professores um trabalho significativo com os alunos com deficiência sem que esses tenham tido uma formação para o conhecimento de como, por quê e para quê trabalhar com esses alunos.

## **2. Metodologia da Pesquisa**

Um questionário foi elaborado e aplicado a professores que ensinam matemática de escolas públicas. A aplicação desse questionário foi feita por dois meios: impresso e digital.

O questionário tinha a seguinte estrutura:

1. Termo de consentimento livre esclarecido

Breve explicação sobre o propósito do questionário, bem como esclarecimentos a respeito da pesquisa que estava sendo desenvolvida e como os resultados seriam divulgados, salientando a omissão total do nome do participante. Nesse momento, informávamos ao professor que o mesmo demoraria cerca de 20 minutos para responder às questões.

2. Declaração de consentimento

Informações gerais que garantiam a nós pesquisadores que os professores não teriam benefícios e nem seriam expostos ao responder o questionário.

3. Caracterização da escola

Momento no qual o professor caracterizava a sua escola – rede pública (estadual ou municipal), cidade, diretoria de ensino e nome da escola.

4. Item I – Variáveis demográficas

Momento de ‘conhecer’ os professores participantes da pesquisa com a obtenção de dados mais específicos.

5. Item II – Educação Especial

O propósito desse item foi verificar qual o contato dos professores com os alunos com deficiência, bem como verificar se os mesmos tiveram contato com alguma formação voltada ao trabalho com alunos com deficiência.

6. Item III – Percepção do professor sobre a inclusão de alunos com deficiência.

Nesse item, os professores eram expostos a afirmações a respeito da inclusão, na qual eles deveriam discordar totalmente, discordar, concordar ou concordar totalmente com cada uma delas. Era o momento de perceber qual a representação que os professores tinham a respeito da temática Inclusão.

7. Item IV – Percepção dos professores sobre o ensino de matemática para alunos com deficiência

Momento de verificar qual o conhecimento dos professores sobre os materiais pedagógicos que podem ser usados no ensino de alunos com deficiência, bem com qual a disponibilidade desses materiais nas escolas.

8. Item V – Percepção dos professores sobre o uso de tecnologia assistiva (TA<sup>1</sup>)

Conhecer a realidade das escolas em estar ou não equipadas com tecnologias assistidas.

---

<sup>1</sup> TA – Tecnologia Assistiva pode ser definida como qualquer dispositivo ou equipamento, seja ele adquirido comercialmente, modificado ou adaptado, usado para manter, aumentar ou melhorar as capacidades funcionais de indivíduos com deficiência.

9. Item VI – Percepção dos professores sobre sua formação para o trabalho com inclusão de alunos com deficiência em sala de aula

Esse item, de nosso total interesse para a pesquisa, era composto de 3 (três) questões que buscavam pistas sobre o processo de formação dos professores no que diz respeito ao trabalho com alunos com deficiência, mais especificamente, para o ensino de Matemática. Inicialmente, questionávamos sobre o contato desses professores com disciplinas (componentes curriculares) que abordaram o trabalho voltado para a inclusão de alunos com deficiência em aula de matemática na sua formação inicial para a docência, pedindo ao mesmo que, caso tivesse tido algum contato, que descrevesse como foi. Outra questão versava sobre a busca de cursos de formação para o trabalho com alunos com deficiência em aula de matemática no processo de formação continuada. Mais uma vez, em caso afirmativo, pedíamos que o professor descrevesse que tipo de formação teve ou foi buscar. Por fim, a última questão pedia que os professores sugerissem (opinassem) sobre como deveria ser realizada a formação de professores para o trabalho voltado para a inclusão de alunos com deficiência em aula de matemática.

É importante destacar que os questionários impressos foram entregues em algumas escolas da cidade de São Paulo por professores participantes do grupo de pesquisa e para que outros professores que ensinam matemática que lecionam em outras escolas foi disponibilizado uma versão digital do questionário, que ficou disponível por um determinado período no Google Docs, sendo a divulgação feita em redes sociais e por e-mail.

O público alvo foi composto por professores da rede pública de ensino (rede estadual ou municipal) do território nacional. Para nossa pesquisa selecionamos 126 questionários respondidos pelos professores no período de 26/4/2012 a 13/6/2012. Dado ao fato de termos questionários online, o recorte foi feito do primeiro questionário respondido ao questionário respondido às 18h54 do dia 13/6/2012. Cabe destacar que após esse horário, outros questionários foram entregues, mas não foram usados para esse estudo.

Os dados coletados foram dispostos em uma planilha de Excel que permitiu uma análise quantitativa e qualitativa das respostas dos professores. O uso dessa ferramenta otimiza o tempo de análise de questões cujas respostas são dadas mediante respostas

assinaladas sem que haja uma abertura para a mesma (por exemplo: sexo, tipo de escola, faixa etária, entre outros).

Nos resultados apontados destacamos as questões que tiveram mais relevância para a garantia desse estudo. Em uma primeira análise, os resultados aqui apontados nos permitem constatar a escassez de situações de formação de professores que trabalham com alunos com deficiência.

### **3. Os resultados da pesquisa**

Antes de adentrarmos nas questões de nosso interesse, é importante contextualizar o universo dos sujeitos de nossa pesquisa. Foram 126 questionários analisados e obtemos a seguinte categorização dos professores respondentes:

- a) 83 professores eram do sexo feminino e 43 do sexo masculino;
- b) 32 professores eram da Rede Municipal, 93 da rede Estadual e 1 não especificou;
- c) 93 professores são da Região Sudeste, 19 da região Nordeste, 12 da região Sul e 1 não especificou;
- d) dos 93 professores da região Sudeste, 87 são do Estado de São Paulo;
- e) em relação à faixa etária, 25 professores estão na faixa etária de 20 a 30 anos; 33 estão na faixa etária de 31 a 40 anos; 44 estão na faixa etária de 41 a 50 anos; 17 estão na faixa etária de 51 a 60 anos e 7 estão na faixa etária acima de 61 anos de idade;
- f) quanto ao nível de escolaridade, os professores puderam escolher mais de uma opção, porém o que percebemos é que a maioria dos professores pesquisados (71 professores) possuem Licenciatura;
- g) no que diz respeito à experiência aos anos de experiência em educação, percebemos que 21 professores têm menos de 5 anos de experiência, 9 têm entre 5 a 10 anos, 21 entre 11 a 15 anos, 23 entre 16 a 20 anos e 34 mais de 20 anos.

Ao analisarmos conjuntamente as 7 questões acima apresentadas, podemos inferir que nosso universo de pesquisa é predominantemente feminino, formado na maioria por professores com licenciatura, na faixa etária dos 31 aos 50 anos, que trabalham na rede

Estadual de Ensino da região Sudeste, mais especificamente, do Estado de São Paulo, cerca de 16 ou mais anos.

Apresentamos alguns resultados obtidos com as respostas do questionário. Em relação à disponibilidade de tecnologia assistiva nas escolas, obtivemos 86 professores respondendo que não existe nenhuma nas escolas pesquisadas. Em relação a materiais didáticos, o número de professores que ensinam matemática que indicaram utilizar algum material foi muito pequeno.

**TABELA I – USO DE MATERIAIS DIDÁTICOS EM SALA DE AULA**

Material Didático	Número de professores que indicaram sempre utilizar o material em sua sala de aula
Ábaco	15
Caixa Tátil	1
Geoplano	5
Mosaico Geométrico	7
Soroban	4
Tangran	15

Fonte: Pesquisa realizada 1º semestre / 2012

As tecnologias assistivas podem minimizar as deficiências dos alunos nas atividades em sala de aula, por permitir, por exemplo, que alunos com deficiência possam ter uma leitura facilitada por utilizar um ampliador de tela ou uma lupa. E o uso de materiais didáticos como o ábaco podem auxiliar os alunos com deficiência intelectual em contagens e operações matemáticas. Como estes materiais e tecnologias podem auxiliar o professor que ensina matemática, o conhecimento de sua existência e sua disponibilização na escola são importantes para a melhoria da educação inclusiva. Além disso, a falta de treinamento dos professores que ensinam matemática para utilizar estes materiais e tecnologias também são importantes para o trabalho do professor em sala de aula (MANRIQUE et al, 2012).

No que diz respeito à pesquisa, algumas afirmações solicitavam uma posição dos professores que ensinam matemática no sentido de concordarem totalmente, concordarem, discordarem ou discordarem totalmente. Agrupamos essas respostas em concordam ou discordam por desejarmos apenas indicar a existência de oposição nas respostas.

Em relação à inclusão de alunos com deficiência em classes regulares ser benéfica para os professores, obtemos 69 dos 126 professores concordando com esta afirmação. Quando perguntamos “*se os alunos com deficiência devem estudar em classes separadas dentro das escolas regulares*”, 51 dos 126 professores concordaram com a afirmação. Ainda sobre esse aspecto, ao questionarmos “*se estes alunos deveriam estudar em classes regulares*”, 71 professores concordam, porém quando delimitamos o espaço para escolas especiais, 61 professores concordam com essa posição.

Concordamos com Mantoan e Santos (2010, p. 07) ao afirmarem que:

“A inclusão é uma inovação, cujo sentido tem sido muito polemizado e por vezes distorcido pelos mais diferentes segmentos educacionais e sociais. No entanto, inserir na escola comum alunos com problemas de toda ordem, sejam esses problemas permanentes ou temporários, mais graves ou menos severos, nada mais é do que garantir o direito de todos à educação, conforme dita a Constituição Federal de 1988.

Nosso caminho em direção às escolas inclusivas envolve mudanças substanciais na própria maneira como enxergamos e conceituamos a educação. Assim, podemos focalizar o cenário educacional brasileiro diante dessas mudanças sob os ângulos: dos desafios provocados pela inclusão na educação comum e especial, incluindo a formação dos professores; das ações no sentido de superá-los; e das perspectivas que essas ações abrem à educação escolar.”

O questionário aplicado aos professores era composto de 6 subitens, sendo nosso maior interesse o item VI – *Percepção dos professores sobre sua formação para o trabalho com inclusão de alunos com deficiência em sala de aula*. O referido item apresentava questões que abordavam de maneira mais específica a Formação de Professores para um trabalho com a Inclusão, bem como a percepção desses professores quanto à questão do trabalho com o ensino de Matemática para alunos com deficiência.

No universo de nossa pesquisa, constatamos que a maioria dos professores (95 professores) teve contato com alunos com deficiência, sendo que, apenas, 10 professores nunca tiveram contato com alunos com deficiência. Esse contato não necessariamente se estabelece em sala de aula.

Porém, quando perguntamos mais especificamente sobre o contato com alunos com deficiência em sala de aula, 107 professores responderam que já tiveram alunos com deficiência em sala de aula. Eis um ponto que nos chamou a atenção: apesar da grande maioria dos professores ter tido em sala de aula aluno com algum tipo de deficiência, 92



dos professores entrevistados nunca participou de uma formação em educação de alunos com deficiência.

No trabalho específico com o ensino de Matemática, 75 dos professores entrevistados nunca tiveram experiência no Ensino de Matemática para alunos com deficiência. Ao adentrarmos na questão da não experiência no Ensino de Matemática para alunos com deficiência, fomos buscar pistas que nos apontassem se o problema se deu na formação inicial ou no processo de formação pós a formação inicial.

Constatamos que, dos 126 professores pesquisados, 115 nunca tiveram contato com alguma disciplina, na formação inicial, que abordou o trabalho de Matemática voltado para a inclusão de alunos com deficiência. Mesmo a maioria dos professores não tendo na formação inicial contato com alguma disciplina voltada ao trabalho em Matemática com alunos com deficiência, cerca de 95 dos professores nunca procurou, no processo de formação continuada, cursos que abordassem o trabalho voltado para a inclusão de alunos com deficiência em aula de Matemática.

Quando perguntamos a respeito de como deveria ser realizada a formação de professores para o trabalho voltado para a inclusão de alunos com deficiência em aula de Matemática, percebemos que as respostas nos apontam percepções diferentes e contrárias dos professores sobre o trabalho com alunos com deficiência.

Agrupamos as respostas em três categorias:

1. Necessidade de um ajudante em sala de aula.
2. Necessidade de formação específica para o trabalho com alunos com deficiência.
3. Incapacidade de trabalho com alunos com deficiência.

Adotaremos a seguinte notação para as respostas dos professores às questões propostas: PROF F1 001 para o professor 001 (dos 126 respondentes), indicando que ele leciona no ensino fundamental 1; PROF F2 002 para o professor 002, indicando que ele leciona no ensino fundamental 2, e PROF EM 003 para o professor 003, indicando que ele leciona no ensino médio.

No que diz respeito à categoria 1, há um grupo de professores que destaca a necessidade de se ter um profissional que atue em parceria na sala de aula dando apoio ao trabalho do professor. Destacamos:

“Deveríamos ter um professor preparado para trabalhar com o aluno com deficiência dando suporte ao professor da sala.” (PROF F1 002, 2012)

“Acredito que a presença de um segundo profissional, junto desses alunos, é o que fará a grande diferença no processo de ensino aprendizagem dos mesmos.” (PROF F2 068, 2012)

Em relação às respostas acima apresentadas, podemos constatar que a presença de um AT (Acompanhante Terapêutico) ocorre em algumas escolas da rede particular de ensino da cidade de São Paulo, sendo que não constatamos essa realidade quando nos adentramos na esfera da rede pública de ensino. Acreditamos que, ter o apoio de um profissional que estabeleça uma parceria com o professor responsável, seja de grande valia para a eficácia do aprendizado desses alunos.

Em relação à categoria 2, percebemos que os professores esperam que haja a formação para que se sintam preparados para o trabalho com alunos com deficiência.

“a partir do momento que uma classe regular recebe alunos de inclusão, o professor deveria ser orientado e equipado com material necessário para trabalhar com esses alunos e ter apoio da equipe escolar.” (PROF F1 054, 2012)

“deveria ser dado a todos os professores da unidade escolar independente de possuir aluno com deficiência ou não, pois a qualquer momento pode ser que tenha um ou mais alunos com deficiência.” (PROF F2 036, 2012)

Destacamos nas respostas apresentadas que os professores desconhecem os materiais que podem ser utilizados, bem como as múltiplas deficiências que podem adentrar a sala de aula sem que o professor se sinta preparado para acolher esse aluno.

Uma resposta nos chamou especial atenção:

“Teoria aliada à prática. Com oficinas que privilegiassem o conhecimento dos materiais didáticos e tecnologias disponíveis para o ensino para alunos com deficiências, bem como possibilitar que possamos explorar as diversas potencialidades de tais materiais.” (PROF F2 081, 2012)

O uso de espaços de formação de professores com possibilidade de alinhar teoria e prática, bem como conhecer e explorar materiais que podem ser usados no ensino de alunos com deficiência, é algo que acreditamos ser de imensa valia para o processo de formação desses professores em favorecimento ao aprendizado dos alunos.

A percepção de sentir-se impossibilitado de trabalhar com esses alunos, destacamos na categoria 3.

“Não me vejo preparado para trabalhar com esse tipo de aluno, pois acredito que hoje em dia a forma que é a inclusão, ela acaba excluindo cada mais os deficientes.” (PROF EM 024, 2012)

“Deveríamos ter salas menos numerosas e melhor suporte do próprio sistema de educação do estado que faz com que o professor seja responsável por todos os resultados e nunca cumpre a parte dele.” (PROF F1 002, 2012)

Nas respostas acima selecionadas, o que podemos perceber é uma resistência frente ao trabalho com a inclusão de alunos com deficiência. Isentos de julgamento, o que percebemos, na maioria das vezes, é uma resistência dos professores em lidar com uma realidade nova que exige desse professor uma mudança de postura e sair de um lugar cômodo no qual se encontra.

Enfim, ao analisarmos os dados da pesquisa apresentados, ressaltados nas análises anteriores, destacamos de forma resumida que, apesar da maioria dos professores entrevistados ter trabalhado com alunos com deficiência, em nenhum momento da formação inicial eles tiveram contato com uma disciplina com foco no trabalho com alunos com deficiência. Em contrapartida, é preocupante percebermos que mesmo que os professores sejam colocados diante de situações de ensino com alunos com deficiência, eles não buscam essa formação no seu processo de formação docente.

Não devemos reduzir a falta de formação do professor apenas pelo fato do mesmo não buscar essa formação. É importante destacarmos que, muitas vezes, não são oferecidas à esses professores espaços de formação com foco no ensino de matemática para alunos com deficiência. Mais uma vez, destacamos que as políticas públicas nacionais focam no aluno com deficiência inserindo-o no ambiente escolar sem se preocupar com o professor que, diariamente, trabalha com esse aluno.

Reduzir e colocar sobre o professor toda a responsabilidade por sua formação é algo que merece ser revisitado e discutido. Acreditamos que deva haver ofertas de formação aos professores nas escolas que eles lecionam, bem como espaços para a discussão dessa temática nas reuniões pedagógicas. Espaços garantidos de formação suscitam e fomentam ideias que podem auxiliar os professores na busca de um trabalho mais eficaz.

Nesse aspecto, concordamos com IMBERNÓN (2010, p.105) no que diz respeito a prática na formação,

“Criar redes como espaços de discussão, busca, problematização (comunidades de prática); participação (comunidades de aprendizagem); investigação (comunidade de pesquisa); formação (comunidades formadoras) e reflexão, cuja finalidade seja a construção de práticas que permitam refletir e pesquisar sobre a educação e sociedade.”

Imbernón destaca os aspectos que merecem ser considerados quando pensamos em uma formação de professores, seja ela voltada ou não para o trabalho com alunos com deficiência. Ao pensarmos nesses aspectos podemos elaborar, juntamente com a coordenação da escola, um processo de formação de professores no qual o professor se torne participante ativo dessa formação, trazendo para a discussão seus problemas cotidianos, permitindo uma investigação e reflexão dos mesmos, para que ações possam ser apontadas pelo grupo no sentido de contribuir para um trabalho mais próximo dos alunos com deficiência.

Muitas vezes os professores se sentem isolados nesse processo de formação sem que tenham espaços e pessoas com experiência para uma discussão de como proceder diante de alunos com deficiência.

Por fim, acreditamos que oferecer aos professores formação com profissionais competentes é uma etapa importante. Porém, acreditamos também que um momento de partilha dos trabalhos dos professores que lidam com alunos com deficiência em sala de aula deva ser considerado, pois nesse momento boas práticas educacionais podem fomentar no grupo ideias de trabalho que garantam o aprendizado dos alunos com deficiência.

Socializar entre os professores práticas educativas bem sucedidas (ou não) é um desafio a ser considerado no processo de formação desses professores.

#### **4. Agradecimentos**

Muitas pessoas colaboraram para a realização dessa pesquisa. Ideias, sugestões, estímulo, apoio, entre outros nos foram dados em muitos momentos.

Em especial, gostaríamos de agradecer aos 126 professores que se prontificaram em responder o questionário. Sem suas respostas nossa pesquisa não teria sido viabilizada.

## 5. Referências

ARANHA, M. S. F. *A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica*. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 1995.

BRASIL. Decreto nº 3298, de 20/12/1999, *Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>> Acesso em: 20/05/2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20.12.1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*, Ano CXXXIV, nº 248, de 23.12.1996.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24.10.1989. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei7853.pdf>> Acesso em: 20.05.2012.

COLL, César et al. *Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CORRER, R. *Efeitos da introdução de suportes para a inclusão social de sujeito com deficiência mental: um estudo piloto*. Marília: Programa de Pós-Graduação em Educação, 2000. (Dissertação de Mestrado).

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IMBERNÓN, F., *Formação continuada de professores*, Porto Alegre, Artmed, 2010.

MANTOAN, M. T. E.; SANTOS, M. T. T., *Atendimento Educacional Especializado: políticas públicas e gestão nos municípios*, São Paulo: Moderna, 2010.

MANRIQUE, A. L. et al. Dispositivos assistivos para escolas públicas: uma proposta de implementação. In: *XXIII Congresso Brasileiro de Engenharia Biomédica - CBEB, 2012*, Porto de Galinhas. Recife: SBEB, 2012. v. 1. pp. 675-679.

MEC. *Política nacional da educação*. Brasília: MEC, 2009.

MICHELS, M.H., *Paradoxos da formação de professores para a Educação Especial: o currículo como expressão da reiteração do modelo médico-psicológico*, Revista Brasileira de Educação Especial, Vol.11 – nº.2 p.255 – 272, Ago – 2005, ABPEE.

ORTH, M.A., MANGAN, P.K.V e SARMENTO, D.F., *Formação continuada de professores em informática na Educação Especial: análise de dissertações e teses*, Revista Brasileira de Educação Especial, Vol. 17 – nº 3 p. 497 – 516, Dez – 2011, ABPEE.

ROLDÃO, M. do C. Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, n. 34, jan./abr. 2007, p. 94-181.

\_\_\_\_\_. Turmas especiais: boa prática ou guetização? - a visão dos investigadores. *III Encontro PETI – OIT*, 01 de julho de 2009.

ROUSE, M. *Reforming initial teacher education*. In: FORLIN, C. *Teacher education for inclusion: changing paradigms and innovative approaches*. London: Routledge, 2010.

UNESCO. *Formação de docentes para a inclusão*. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en>, acesso em: 09/08/2012.